

Evolução histórica da economia paranaense

Francisco Magalhães Filho

O COMEÇO

O território hoje ocupado pelo Paraná somente começou a ser explorado, em termos econômicos, a partir do século XVI. Duas correntes colonizadoras penetram-no então, vindas de direções diferentes. Pelo litoral, avançou a evolução portuguesa, com base em São Vicente, em busca de ouro de aluvião, seguindo os passos de alguns exploradores e negociantes que, desde o século anterior, haviam reconhecido a baía de Paranaguá e terras adjacentes. Pelo Oeste avançou a ocupação espanhola, com base em Assunção, seguindo em sentido inverso os passos da expedição chefiada por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que em 1541, após desembarcar nas costas de Santa Catarina, havia galgado as serras e explorado os vales do Negro do Tibagi e do Iguaçu, descobrindo as famosas cataratas.

Nesta fase inicial, a ocupação espanhola foi mais rápida e profunda. Já desde 1554 haviam sido fundadas as primeiras cidades no chamado *Guayrá*, que correspondia à margem esquerda do rio Paraná. Os constantes conflitos com os índios e o desinteresse da Espanha por uma região de importância secundária em seu império americano (o Paraguai só valia para a Espanha na medida em que comandava uma das rotas alternativas para alcançar as regiões produtoras de prata do Alto Peru) levaram à entrega do problema da

pacificação dos indígenas aos jesuítas, que em 1609 criaram a Província Jesuítica do Paraguai.

Em poucos anos já haviam sido fundadas 13 reduções (aldeias de índios catequizados, sob administração dos padres) nas terras entre o Paraná e o Tibagi. Foi a primeira experiência de um sistema de agricultura comunal, baseada na propriedade coletiva da terra e da produção, que mais tarde seria utilizado com maior sucesso nas reduções do Rio Grande, de Misiones, do Paraguai e de Chiquitos.¹

Mas a experiência jesuítica no Paraná teve pouca duração. As duas correntes entraram em choque. Além da expansão colonizadora pelo litoral, partiam nessa época, de São Vicente e de São Paulo, *bandeiras* cujo objetivo imediato era a captura de índios para a venda no mercado de escravos do litoral, onde parte era exportada para as capitanias açucareiras do Nordeste.

Se os índios não eram a principal fonte de mão-de-obra escrava para a economia açucareira nordestina, na época a principal fornecedora do mercado internacional, tinham regular utilização em atividades marginais, cujo nível de lucratividade não permitia a aquisição de escravos africanos, de preço bem mais elevado.

Ora, os índios já pacificados e catequizados das *reduções* eram muito mais fáceis de capturar do que os ainda selvagens. Após o primeiro contato (1628), seguem-se várias *bandeiras*, destacando-se as chefiadas por Raposo Tavares e Manuel Preto, que as atacam e capturam os índios, levando ao abandono total da região por parte dos jesuítas (1631).²

Essa a primeira atividade econômica exercida no Paraná. Poucas estatísticas sobre ela são conhecidas. Sabe-se, porém, que, no século XVII, São Paulo exportou cerca de 90.000 escravos índios, com um valor aproximado de £ 560.000. Era o principal artigo de exportação da Capitania, e esse valor correspondia a um terço das exportações anuais de açúcar do Nordeste.³

OURO

Aos escravos seguiu-se o ouro.

Ouro de aluvião, encontrado nas areias da baía de Paranaguá e no leito dos rios que nela desembocam, principalmente o Nhundiaguara. Ainda que haja notícias sobre achados de ouro desde as últimas décadas do século XVI, somente em meados do século seguinte é que a produção alcançou significado econômico.

¹Para uma boa descrição da estrutura econômica e da organização social das reduções, ver LUGON, Clovis. *A República Comunista Cristã dos Guaranis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

²LUGON, p. 45 e seguintes, para uma descrição dos ataques paulistas.

³Os dados foram calculados com base no que afirma SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil (1500/1822)*. 3.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1957. p. 214.

O ouro atraiu gente. Fundaram-se arraiais, que depois se transformaram em vilas. E atraiu também a autoridade portuguesa, interessada na arrecadação dos tributos decorrentes da exportação aurífera. Em 1648, Gabriel de Lara foi enviado pelo governo colonial para organizar a vila de Paranaguá, que em 1660 se transformou em sede da Capitania, com Lara como Capitão-Mor, nomeado pelo donatário. Ainda em 1646, o governo colonial enviou Eleodoro Ébano Pereira, como Administrador Geral das Minas, e, no ano seguinte, nomeou um Provedor Fiscal dos Quintos do Ouro para Paranaguá.

Em busca do ouro os colonizadores subiram a Serra do Mar e chegaram ao planalto de Curitiba. Ali também, nos leitos dos rios que descem dos mananciais para formar o Iguaçu, encontrou-se ouro, e novos lugarejos foram fundados.

A atividade mineradora estimulou outras, dela dependentes. Surgiu uma pequena agricultura destinada a abastecer os arraiais e vilas. Quando o ouro se esgotou, o que aconteceu em poucas décadas, a ocupação permaneceu, baseada numa agricultura de subsistência, principalmente no trigo, com grandes propriedades isoladas em torno das pequenas vilas, gerando uma estrutura social quase clânica, cujos patriarcas são os primeiros nomes históricos do Paraná, associados à fundação de Curitiba (1693) e à administração da região nas décadas seguintes, tais como Mateus Leme e Baltazar Carrasco dos Reis.

A base econômica da mineração fora o escravagismo. Ainda que a procura inicial e grande parte das explorações de menor importância fossem feitas por indivíduos isolados, *fiscadores* ou *garimpeiros*, geralmente pessoas marginalizadas da estrutura semi-feudal que predominava na São Vicente seiscentista, a exploração em escala obedeceu a padrões diferentes. A própria obtenção da concessão das lavras exigia a posse de escravos. Aqui o caráter escravagista da exploração colonial manifesta-se claramente. Aqui as minas têm proprietários e não senhores, tal como a de Panagóias, de um certo Domingos Cardoso de Lima, cuja “residência era adornada com tapetes de Damasco e baixelas de prata, possuindo uma banda de música que seus escravos tocavam quando o Senhor ia a Paranaguá, fazendo uma entrada farolesca na vila”.⁴

Com a decadência da mineração, voltada para o mercado, minaram-se as bases do escravagismo, reduzindo-se sua importância. Os sesmeiros ainda mantiveram escravos, principalmente para o transporte de mercadorias entre o planalto e o litoral, mas o nível da economia de subsistência nem os exigia para as atividades produtivas.

⁴WACHOWICZ, Ruy C.
História do Paraná.
Curitiba : Ed. dos
Professores, 1967. p. 35.

vas, nem permitia sua aquisição. A economia de subsistência caiu para uma base semifeudal, com escravos e agregados, ao estilo vicentino.

Essa pequena economia de subsistência permaneceu, por quase meio século, concentrada no planalto, ligada ao litoral por três caminhos precários, Graciosa, Itupava e do Arraial, quase inteiramente isolada e à margem da evolução da economia colonial.

TROPEIRISMO

A evolução econômica da Colônia, porém, iria logo dar-lhe novo estímulo. Nos últimos anos do século XVII descobriu-se ouro nas regiões de Caetés e no vale do Rio das Velhas. Surgem as Minas Gerais. Em poucas décadas uma extensa área despovoada alcança e ultrapassa um milhão de habitantes. O Brasil se transforma no maior produtor mundial de ouro e a região aurífera sobrepasa em riqueza a região açucareira.

Todos os estímulos que a mineração havia comunicado aos outros setores no litoral paranaense tornam a manifestar-se, porém em escala infinitamente maior. E o planalto paranaense é uma das áreas que mais se beneficia com isso.

O principal problema enfrentado pela região aurífera era o dos transportes. Seu porto natural era o Rio de Janeiro, mas dele a separavam centenas de quilômetros de caminhos acidentados que serpenteavam por grandes serras como a dos Órgãos e a da Mantiqueira. O único meio de transporte para as cargas exportadas e importadas era o lombo de animais. Principalmente muare.

Surgiu assim, em função do ouro, uma crescente demanda por animais na região central do Brasil.

Coube ao Extremo Sul responder a esse estímulo. Nos pampas, entre o rio Uruguai e o litoral oceânico, haviam-se formado rebanhos selvagens, originados dos animais fugidos dos estabelecidos espanhóis e portugueses que margeavam essa imensa área, ainda vazia em termos de ocupação européia.

Já desde antes da fundação de Laguna (1676), a marcha da colonização portuguesa, partindo de São Vicente, alcançara a região das lagoas dos Patos e Mirim, iniciando-se a produção de couros, que eram exportados inclusive para a Europa. À medida que o preço dos animais passou a elevar-se, com o surgimento da demanda gerada

pela economia aurífera, passou-se a exportar animais para São Vicente, Santos e Rio de Janeiro.

Mas o grande desenvolvimento viria a dar-se após a abertura do chamado *Caminho do Viamão*, que ligava, através dos planaltos, o estuário do Guaíba com Sorocaba, onde passaram a realizar-se feiras de animais, que chegavam a negociar 200.000 cabeças por ano.⁵

Esse caminho atravessava os campos de Vacaria, Lajes e Curitiba, que passaram a ser utilizados como invernadas, para a recuperação dos animais após as longas marchas a que eram obrigados. Essa nova atividade veio, portanto, despertar os planaltos paranaenses. Os fatores de produção, em grande parte subutilizados, orientaram-se para a nova fonte de lucro. A pecuária passou a ser a atividade produtiva predominante, enquanto as pessoas com recursos os aplicavam na compra de animais, no sul, para revendê-los em Sorocaba. Surgiu assim a figura do tropeiro, que era intermediário entre o criador do sul e o comprador da feira. Desenvolveram-se as atividades vinculadas ao tropeirismo, desde as pousadas até a produção de alimentos, alguns dos quais eram exportados juntos com as tropas.

A ocupação do território ampliou-se. Ao longo das rotas e junto aos melhores pastos surgiram lugarejos que se transformaram depois em vilas e hoje são cidades, tais como Lapa, Jaguariaíva, Iapó (hoje Castro), Santa Cruz (hoje Ponta Grossa) e Palmeira.

Durante toda a fase de prosperidade aurífera, a economia paranaense manteve-se em crescimento. O proprietário de terras, que era simultaneamente tropeiro, representava a classe dominante. Em suas mãos acumulava-se a renda, diversificando-se e refinando-se seus hábitos de consumo, pelo que aumentavam as importações, pagas com o excedente gerado pelo comércio e a criação de animais.

Nem todo tropeiro era proprietário. Muitos limitavam-se a comprar os animais no sul para vendê-los em Sorocaba ou em qualquer ponto intermediário, pagando aluguel pelas terras de invernada. Por outro lado, nem todo proprietário dedicava-se ao tropeirismo, limitando-se muitos a alugar suas terras às tropas alheias.

A maior rentabilidade do comércio e engorda de gado atraiu fatores dos outros setores da economia paranaense. A concentração de renda na nova atividade dinâmica alterou as bases do poder político local. Eram freqüentes as queixas dos antigos criadores, cujas terras estavam afastadas das principais rotas, de que o tropeiro

⁵SIMONSEN, p. 179. O número indicado parece exagerado, se referido ao século XVIII. É possível que tenha sido atingido no segundo apogeu do tropeirismo, em meados do século XIX.

era contrário aos interesses da região, levando ao abandono da criação e ao esvaziamento dos campos.

Nada disso adianta, os grandes proprietários de terra e comerciantes de gado passaram a comandar politicamente a região. Eram os tropeiros de *tiro longo*, cujo capital lhes permitia sustentar o giro demorado exigido pelo processo completo, desde os campos do sul até Sorocaba, permitindo-lhes, às vezes, ter mais de uma tropa em caminho. (Os outros eram os de *tiro curto* ou *mala nos tentos*).

Com a decadência da economia do ouro (último quartel do século XVIII), o mercado se restringiu; caindo a demanda, os preços a acompanharam, e o tropeirismo entrou em recessão. Somente com a prosperidade decorrente da expansão cafeeira, já após a Independência, foi que as vendas tornaram a elevar-se.

Essa segunda fase da expansão do tropeirismo alcançou seu apogeu em meados do século XIX. O Rio Grande do Sul deixou de ser, nessa fase, a única fonte de animais: utilizando o caminho das Missões, rumo ao alto Uruguai, os tropeiros passaram a comprar mulas vindas de Corrientes. Alguns tropeiros passaram também a investir na criação, nos campos do sul, principalmente onde hoje é Santa Catarina. Nessa fase do apogeu, o capital de giro exigido pelo comércio de animais alcançou um total próximo a £ 100.000.⁶

As estradas de ferro liquidaram o tropeirismo. Não a construção de ferrovias no Paraná, ou a conclusão da ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, mas seu desenvolvimento no Centro-Sul, o que reduziu sensivelmente a demanda por mulas. O número de muaras negociados anualmente em Sorocaba caiu de cerca de 100.000, em 1860, para menos de 5.000 ao final do século XIX.⁷ Mas o elo que se criara, entre o Centro-Sul e a economia paranaense, nunca mais desapareceria, pois às exportações de animais foram-se somando as de pequenos excedentes agrícolas, e de objetos de couro e de madeira, que mantiveram aberta essa rota durante a recessão seguinte à crise do ouro e depois do desaparecimento do tropeirismo.

Durante todo o período de recessão, que se seguiu ao esgotamento do ouro de Minas Gerais, a economia paranaense voltara à estagnação. A agricultura de subsistência passara a ser novamente a principal atividade, mas em bases territoriais maiores do que as de um século antes. Não apenas o litoral e o primeiro planalto (Curitiba), mas também o segundo planalto (Ponta Grossa), achavam-se inteiramente ocupados, ainda que a baixíssima densidade.

⁶MACHADO, Brasil Pinheiro. *Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. Boletim da Universidade do Paraná - Departamento de História, Curitiba: UFPR, n.3, p. 19, jun. 1963.*

⁷MACHADO, *Formação...*, p. 22

No final do século XVIII essa economia de subsistência expandira-se geograficamente em direção ao Oeste, levando à ocupação do terceiro planalto (Palmas e Guarapuava).

Essa ocupação decorrera do próprio caráter extensivo da pecuária e de seu baixo nível de produtividade. O lento crescimento demográfico exigia rebanhos maiores e, como não havia recursos capazes de elevar a produtividade dos campos já ocupados, a ocupação transbordava para os campos virgens ainda existentes nas proximidades.

O poder político na região manteve-se por todo esse tempo nas mãos dos grandes tropeiros e proprietários de invernadas e campos de criação. A prosperidade reconquistada após a Independência fortaleceu-lhes as posições, consolidando seu domínio e permitindo-lhes obter a emancipação política pela separação de São Paulo.

Como diz Brasil Pinheiro Machado: "Obtida a emancipação da Província do Paraná, em 1853, o poder local é inteiramente restituído às classes superiores locais e, especialmente, à classe dos fazendeiros dos Campos Gerais, que passam a exercer o poder político da província, principalmente através da liderança das famílias fazendeiras dos Marcondes e dos Araujos".⁸

Essa situação se manteria até o fortalecimento da classe dominante da fase de prosperidade seguinte.

MATE

Foi só muito lentamente que uma nova atividade dinâmica começou a prevalecer, vindo a dominar a economia da região: o mate. Apesar de que o produto já era consumido desde o início da colonização, nas terras onde existe em estado nativo, sua importância econômica somente se manifestou quando surgiu a possibilidade de exportar a erva cancheada para os mercados platinos e para o Chile. O lento mas firme crescimento demográfico dessas áreas, somado à rigidez da oferta paraguaia, foi que, elevando os preços, permitiu a exportação do produto paranaense, num processo que se acelerou após a Independência.

Os mercados platinos eram abastecidos pelos ervais paraguaios, principalmente os das reduções jesuíticas, desde o século XVI. Com a expulsão dos jesuítas (em 1768) e a decorrente decadência econômica das reduções, a oferta se contraiu. Coube aos grandes proprietários do Paraguai e de Corrientes continuar a atender ao mercado. A partir da terceira década do século XIX uma série de conflitos interrompeu

⁸MACHADO, Brasil Pinheiro. *Formação histórica*. In: _____. *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR/Faculdade de Filosofia, 1968. p. 42.

ou prejudicou esse fluxo, abrindo-se então perspectivas para o mate paranaense.

A produção concentrava-se nos ervais do alto Iguaçu, onde a erva era cancheada (após colhido, o mate é *sapocado*, para cristalização da seiva; seco a calor nos *barbaquás*, é depois *cancheado*, ou seja, triturado em cilindros perfurados), sendo daí levado, primeiro em surrões de couro, posteriormente em barricas, no lombo de animais, pelos três caminhos já mencionados que desciam a Serra do Mar, até os portos sobre o Nhundiaquara (Porto de Cima e Morretes) e dali até os portos de exportação (Antonina e Paranaguá).

Foi uma fase de desenvolvimento para as áreas diretamente envolvidas. Ressurgiu o setor comercial, ativaram-se as atividades derivadas e de suporte, como a fabricação de barricas de madeira e a criação de animais para o transporte. Novas tecnologias foram introduzidas. Algumas foram trazidas diretamente dos mercados consumidores. David Carneiro mostra como a exportação se amplia com a técnica trazida por Francisco Alzagarai, vindo de Buenos Aires a Paranaguá no início do século XIX.⁹ Outras foram criadas pela inventividade local, principalmente as inovações técnicas criadas por Francisco Camargo Pinto, na segunda metade do século XIX.¹⁰

As últimas décadas do século XIX corresponderam a uma nova fase de rápido crescimento da economia exportadora. Os principais mercados da erva-mate expandiram-se à medida que se processava o crescimento da economia argentina e, em menor escala, das economias uruguaia e chilena. Surgiram e se multiplicaram os moinhos de beneficiamento do mate, que passou assim a ser exportado também já industrializado.

O mate estimulou o desenvolvimento de uma nova classe social: a burguesia. O caráter comercial do tropeirismo já havia rompido a uniformidade dos proprietários de terra, diferenciando-os dos do resto do Brasil, mas o tropeirismo baseava-se fundamentalmente no escravagismo. O mesmo aconteceu inicialmente com a economia ervateira. Mas o mate exigia um processamento semi-industrial, que mais tarde se transformaria em atividade realmente industrial. Essa evolução das forças produtivas, introduzidas pelos estímulos do comércio exterior, como já se viu, rompeu com a estrutura escravagista e fez surgir o capitalismo. O fato é indicado por Ruy Wachowicz que atribui ao mate a formação de “uma classe média, composta de produtores, os quais, devido à posição conquistada na sociedade, vão exercer forte influência na política local,”¹¹ e suas causas são apontadas por Otávio Ianni.¹²

⁹CARNEIRO, David. *Faixas estruturais da economia do Paraná*. Curitiba: Universidade do Paraná, 1962.

¹⁰CARNEIRO, p. 110 e seguintes.

¹¹WACHOWICZ, p. 96.

¹²IANNI, Otávio citado por WACHOWICZ, p. 108.

A mão-de-obra assalariada necessária a esse novo modo de produção saiu tanto do subemprego da agricultura de subsistência semifeudal e semiclânica, quanto da imigração européia, que a partir de então passou a ser estimulada.

MADEIRA

Desde os primórdios da colonização, as imensas matas de araucária dos planaltos paranaenses eram utilizadas para a produção de artigos de madeira destinados ao consumo local. Essa atividade nunca tivera, porém, possibilidades concretas de desenvolvimento, permanecendo em nível artesanal e limitando-se ao restrito mercado local.

Ao final do século XIX surgiram perspectivas de evolução, graças aos estímulos oriundos, de um lado, do crescimento da economia brasileira, devido ao café, e do outro, da rápida expansão da economia argentina, motivada pela crescente demanda européia por carnes, trigo, lã e linho. Ampliou-se o mercado de madeira para construções, atendido, em ambos os países, por importações provenientes das regiões do Báltico, da Escandinávia e da América do Norte.

As florestas do sul do Brasil estavam em localização mais vantajosa; porém as dificuldades de transporte obstaculizavam seu aproveitamento. Algumas serrarias haviam-se instalado no planalto, visando à exportação, mas as velhas estradas, mesmo com os melhoramentos introduzidos na Graciosa, não permitiam o transporte de tábuas, em termos econômicos.

Uma das primeiras serrarias implantadas pertencia aos irmãos Rebouças. Foi um desses mesmos empresários, engenheiro militar, que participou da construção da estrada de ferro entre Curitiba e Paranaguá, concluída em 1883, uma das obras de engenharia mais arrojadas de sua época. Em 1906, foi estabelecida a ligação ferroviária entre o mercado do centro-sul do Brasil e o Paraná, com a conclusão da São Paulo-Rio Grande. Esses dois empreendimentos permitiram que se iniciassem as exportações de madeira em escala significativa, sem que fosse, contudo, ameaçada ainda a supremacia da economia ervateira.

Os dados da tabela 1, referentes às exportações de ambos os produtos nos extremos do período de consolidação da economia madeireira, comprovam o que foi dito.

TABELA 1 - VALOR DAS EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE ERVA-MATE E MADEIRA - 1856/1910

PERÍODO	ERVA-MATE (mil réis)	MADEIRA (mil réis)
1856-57	2 193 872	36 539
1857-58	1 893 597	34 609
1908-09	18 320 813	1 049 156
1909-10	20 639 693	1 729 183

FONTES: MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3.ed. Curitiba : Guirã, s.d. p. 332 (para 1856-1858); *IMPRESSÕES do Brasil no século vinte*. Londres : Lloyd's Greater Britain, 1913. p.956 (para 1908-1910)

As perspectivas de desenvolvimento da economia madeireira passaram inclusive a atrair capitais estrangeiros, fato que não se fizera presente na economia ervateira. Esses capitais, principalmente ingleses e norte-americanos, concentraram-se no setor ferroviário, obtendo grandes concessões de terras às margens das linhas a serem construídas. O retorno a curto prazo do capital empregado era procurado através da exploração madeireira.

O braço mais importante dessa penetração do capital estrangeiro é a Brazil Railway, empresa *holding* organizada em 1906, que passou a controlar a maior parte da rede ferroviária do sul do Brasil. Uma subsidiária sua, a Southern Brazil Lumber & Colonization Co., controlando cerca de 300.000 hectares de terras, passou a exportar madeira, introduzindo técnicas mais modernas de secagem das tábuas, com a utilização de fornos, com o que aumentavam a rapidez da operação e a qualidade do produto final.

Mas a economia madeireira não caiu sob o controle completo do capital estrangeiro. Mesmo no período de maior penetração deste, isto é, nas duas primeiras décadas do século XX, permaneceu e se desenvolveu um setor madeireiro local, industrial e exportador.

Sua origem prendia-se às atividades artesanais das fases econômicas anteriores e à demanda por barricas, decorrente da prosperidade ervateira. Ao encerrar-se a primeira década do século, este setor era composto por cerca de 100 estabelecimentos, incluindo serrarias e vapor e unidades de aparelhar madeira, produzindo tábuas de pinho e imbuia, cascas, cabos de vassoura, toras de pinho para fósforos, aduelas para barricas e palhões para garrafas.¹³

A Primeira Guerra Mundial estimulou fortemente o desenvolvimento do setor. As condições geradas pelo conflito reduziram as importações brasileiras de madeira européia, como pode ser visto na tabela 2, na qual figuram as importações de madeira, antes e durante a guerra.

¹³IMPRESSÕES do Brasil..., p. 956.

TABELA 2 - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MADEIRA EUROPÉIA - 1910/1916

ANO	TONELADAS	CONTOS DE RÉIS
1910	153 339	8 564 000
1913	169 637	14 197 000
1916	16 612	4 562 000

FONTE: Almanach Commercial Brasileiro, 1918 - Revista de Comércio e Indústria, p.182

Foi devido a essa perturbação temporária das condições de intercâmbio comercial, causada pela guerra, que a madeira paranaense conseguiu firmar-se definitivamente, tanto no mercado interno quanto no platino, este igualmente afetado pelo conflito.

O mate e a madeira consolidaram, já no final do século passado e nas primeiras décadas deste, uma burguesia industrial razoavelmente diversificada em suas atividades. Essa classe, cuja consolidação coincide com o declínio definitivo do tropeirismo, é que passa a dominar politicamente o Paraná após a proclamação da República.

Sua base era um setor industrial que, ao findar-se a primeira década do século, possuía ao redor de 300 estabelecimentos, empregando 5.000 operários, com um capital de 21.000 contos e uma produção anual de 34.000 contos. Predominava o beneficiamento da erva-mate, seguido pelas serrarias a vapor, a fabricação de fósforos, a carpintaria, a fiação e a tecelagem. O Paraná ocupava então o 5º lugar no Brasil no que se refere à produção industrial.¹⁴

A CONSOLIDAÇÃO DAS ECONOMIAS TRADICIONAIS

O período entre as duas guerras mundiais foi marcado pela sedimentação da economia paranaense em torno de seus dois setores tradicionais: o ervateiro e o madeireiro.

Cada um desses setores apresentou, no período, evolução diferente. O ervateiro atingiu seu apogeu para em seguida entrar em permanente estagnação, decorrente da perda de seu mercado maior e mais dinâmico. O madeireiro consolidou os ganhos da fase anterior e iniciou uma nova expansão que o fez passar ao primeiro lugar tanto como atividade econômica interna quanto como exportador.

O maior consumidor mundial de mate era (e ainda é) a Argentina. Esta havia sido sempre o principal mercado para a produção paranaense. O crescimento demográfico e econômico do país estimulava o crescimento do consumo, o que, devido à rigidez da oferta (brasileira, paraguaia e interna), traduzia-se em elevação de preços.

¹⁴IMPRESSÕES do Brasil...
p.959.

Essa rigidez, decorrente da característica extrativa da produção, somente poderia ser rompida pelo cultivo em escala comercial. Com o estímulo dos preços, foi exatamente isso o que passaram a fazer os produtores argentinos de Misiones e, em menor escala, de Corrientes.

O cultivo começou a generalizar-se a partir da primeira década do século, alcançando 750 ha em 1914. Chegou a 7.135 ha em 1922, a 48.700 ha em 1932 e a 64.980 ha em 1940. A tabela 3 mostra o reflexo dessa rápida expansão na estrutura do mercado argentino.

TABELA 3 - PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO ARGENTINAS DE ERVA-MATE - 1910/1937

ANO	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO
Média 1910/14	974	53 546
Média 1915/19	2 415	59 485
Média 1920/24	4 760	67 724
Média 1925/29	16 840	75 506
Média 1930/34	45 998	54 753
1935	75 362	38 755
1936	80 451	38 656
1937	106 330	40 587

FONTE: GARCIA-MATA, R.; LLORENS, E. *Argentina econômica*. Buenos Aires, 1940. p. 66

A redução das importações argentinas repercutiu diretamente nas exportações brasileiras, como se pode ver na tabela 4.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ERVA-MATE - 1926-1939

ANO	QUANTIDADE (t)
1926	92 657
1927	91 092
1928	88 180
1930	85 972
1931	84 846
1932	76 760
1933	59 222
1934	64 702
1935	61 500
1936	66 601
1937	65 519
1938	63 241
1939	60 157

FONTE: Brasil 1939/40 - Ministério das Relações Exteriores, p. 141

A nova conjuntura afetou principalmente as exportações de cancheada, pois os principais mercados para a erva-mate beneficiada eram o Uruguai e o Chile. Sendo o Paraná o principal exportador desta última, seu setor ervateiro ressentiu-se menos do que os dos outros Estados produtores. A recessão atingiu principalmente a ati-

vidade extrativista, aguçando o conflito entre este setor e os industriais do mate. A economia ervateira como um todo entrou numa prolongada fase de estagnação, perdendo definitivamente o dinamismo que a vinha caracterizando desde o século anterior.

Para compreender melhor a crise enfrentada pela economia ervateira na década de 1930, é preciso lembrar que a economia mundial atravessava sua maior depressão e que o crescimento da produção argentina levou, na segunda metade da década, à acumulação de estoques. No Brasil a situação foi enfrentada com a criação do Instituto Nacional do Mate (1938), enquanto na Argentina criava-se a Comisión Reguladora de la Producción y Comercio de la Yerba Mate (1935). Somente a ação governamental pôde sustentar a queda da economia ervateira: “[...] logo no início de sua fundação o Instituto fez sentir para que veio, salvando a indústria ervateira de exportação do maior colapso, senão de sua extinção total”.¹⁵

Enquanto desabava um dos pilares da economia paranaense, o outro se fortalecia. Compensava-se assim, em termos de emprego e renda, a retração do mate pela expansão madeireira.

Entre o final da Primeira Guerra Mundial e meados da década de 1930, a expansão foi lenta e deveu-se principalmente ao crescimento do mercado interno brasileiro, cuja conquista se consolidara devido às condições criadas pela guerra. Ao longo desse período, os três Estados sulinos dividiram entre si, em partes aproximadamente iguais, a produção nacional de pinho serrado. A região produtora compreendia os planaltos, concentrando-se principalmente nas proximidades das estradas de ferro. Era por estrada de ferro que a quase totalidade da produção se escoava, quer rumo a São Paulo, que era o grande entreposto para o mercado do centro-sul, quer na direção dos portos, de onde era enviado para o norte-nordeste e para o exterior.

Entre 1925 e 1933, as exportações brasileiras permaneceram estacionárias, em torno de 80.000 toneladas, com a Argentina como principal comprador.

Em meados da década de 1930, começaram a crescer as vendas para alguns países europeus, principalmente a Alemanha, ao mesmo tempo em que a economia argentina retornava aos níveis de atividade econômica anteriores a 1929, aumentando suas compras.

A partir daí as exportações cresceram rapidamente, conforme se pode ver na tabela 5.

¹⁵LINHARES, *Temístocles. História econômica do mate. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1969. p. 411.*

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE MADEIRA - 1933-1939

ANO	QUANTIDADE (t)
1933	82 031
1934	106 973
1935	130 750
1936	144 198
1937	205 262
1938	215 543
1939	307 794

FONTE: Brasil 1939-40 - Ministério das Relações Exteriores, p.141

É interessante observar que as vendas para a Alemanha, que em 1935 correspondiam a 3% do total, em 1939 alcançavam 21%.

O período anterior, de expansão da economia ervateira e de surgimento da madeireira, fora acompanhado por um rápido crescimento da população paranaense. Ao realizar-se o primeiro recenseamento, em 1872, o Paraná ocupava o 18º lugar entre as províncias do Império, incluído o Município Neutro. Em 1920, já passara ao 13º lugar. Sua população elevava-se de 126.722 a 685.711, passando de 1,3% a 2,2% da brasileira. Esse crescimento concentrara-se principalmente no segundo planalto, decorrendo da imigração de origem européia, estimulada pelo governo imperial e pelas concessionárias de estradas de ferro.

Os núcleos europeus assim formados, em sua maioria constituídos por imigrantes eslavos (ucranianos e poloneses da Áustria-Hungria), alemães e italianos, tenderam a consolidar-se em torno de uma agricultura de subsistência com pequenos excedentes comercializáveis. Esses excedentes destinavam-se em grande parte ao mercado local, principalmente no que se refere aos núcleos localizados nas vizinhanças de Curitiba.

Os núcleos de imigrantes diversificaram a produção agrícola, desenvolvendo culturas como as de uva, aveia, centeio, cevada e batata inglesa, elevaram a produção de trigo e incrementaram a criação de suínos e a produção de leite e laticínios. Mas essa diversificação em pouco ou nada modificou a estrutura da economia paranaense.

O mesmo pode ser dito com relação às atividades artesanais e semi-artesanais surgidas nesses núcleos.

Entre 1920 e 1940, a população paranaense praticamente duplicou, alcançando 1.236.276 habitantes, passando o Paraná ao 10º lugar entre as unidades da Federação, com 3% da população brasileira. Esse crescimento do mercado local favoreceu a integração dos núcleos coloniais, através da colocação de seus excedentes agrícolas. Estimulou também o desenvolvimento de alguns ramos artesanais e

semi-industriais. À medida que a evolução da conjuntura internacional levava à consolidação do processo de industrialização por substituição de importações em nível nacional, as pequenas unidades semi-industriais conseguiam firmar-se no atendimento ao crescente mercado local.

Ao iniciar-se a década de 1940, o quadro básico da economia paranaense mantinha-se o mesmo: predomínio das atividades primário-exportadoras.

O setor industrial era diminuto. Os dados da tabela 6, correspondentes a 1939, mostram sua magnitude e suas principais características.

TABELA 6 - SETOR INDUSTRIAL PARANAENSE - 1939

ESPECIFICAÇÃO	MADEIRA E MOBILIÁRIO	PRODUTOS ALIMENTARES	TOTAL ⁽¹⁾
Estabelecimentos	588	575	1 832
Operários ⁽²⁾	7 717	2 584	16 737
Salários Pagos	15,0	4,1	31,3
Valor da Produção	100,0	142,2	347,3
Valor da Transformação	57,2	36,7	153,8

FONTE: DERGINT, Ário Tabora. *Setor secundário paranaense*. Curitiba: CODESUL, 1969. p.61 e seguintes

NOTA: Valores em milhares de contos de réis.

⁽¹⁾Inclui indústrias extrativas de produtos minerais.

⁽²⁾Média mensal.

Os dois ramos principais compreendiam 63% dos estabelecimentos, empregavam 62% da mão-de-obra, pagavam 61% dos salários, produziam 70% do valor total da produção e eram responsáveis por 61% do valor agregado pelo setor.

O ramo Madeira e Mobiliário era composto principalmente por serrarias de pinho, enquanto o dos Produtos Alimentares incluía o beneficiamento da erva-mate, assim como o beneficiamento de cereais, a panificação e a fabricação de massas alimentícias e biscoitos.

Em 1943, a potência instalada para a produção de energia elétrica alcançava apenas 17.388 kW. Ainda nesse ano, recém se iniciava a construção da primeira fábrica de cimento. A produção mineral incluía os mesmos minerais produzidos atualmente (chumbo, prata, calcário, mármore, talco, águas minerais e carvão), e mais o ouro, tudo em escala reduzida.

Em 1942, o Paraná entrava com 2,4% do valor da produção industrial brasileira.

Mas a importância local do setor industrial paranaense não pode ser medida por esses dados. As características específicas dos dois produtos básicos que exigiam uma transformação industrial

anterior à exportação haviam criado uma situação única no Brasil: a classe dominante no Paraná era a burguesia industrial, e não os proprietários de terra ou os comerciantes.

É óbvio que essa burguesia industrial não era uma reprodução idêntica das burguesias industriais européias ou norte-americanas, nem era idêntica à burguesia industrial que se desenvolvia no Brasil em função do processo de industrialização por substituição de importações. Mas, nem por isso, era menos burguesia industrial. Seu poder decorria da propriedade de bens de capital, as relações de trabalho eram já predominantemente assalariadas desde a época em que no Brasil ainda dominava o escravagismo. O fato de nenhuma das fases anteriores de prosperidade exportadora ter sido baseada na agricultura, somado às características especiais do uso da terra na fase do tropeirismo, havia impedido o fortalecimento de uma classe de proprietários de terra fundada numa organização social semiclânica ou semifeudal.

A burguesia industrial exportadora valorizava também a propriedade fundiária, mas, desde os tempos em que os campos eram arrendados para a engorda das tropas, essa propriedade era vista sob o ângulo capitalista: a terra como investimento de longo prazo, como forma de valorização do capital, como bem de troca ou como fonte de matéria-prima.

Esse predomínio da burguesia industrial local fora também facilitado pelo fato de ter sido pequena a penetração do capital estrangeiro nas atividades exportadoras, o que, por sua vez, deveu-se ao fato de que estas não estavam voltadas diretamente para as economias industrializadas, mas sim para outras economias primário-exportadoras.

Afora as inversões ferroviárias do princípio deste século, o capital estrangeiro somente desempenhara papel importante nos serviços públicos (geração e distribuição de eletricidade, carris urbanos e telefones, em Curitiba) e no financiamento à exportação (capital britânico: London & River Plate Bank e London & Brazilian Bank, depois Bank of London & South America). Isso deu à burguesia industrial paranaense um caráter nacional muito mais acentuado do que às suas congêneres de outros Estados.

E essa burguesia não permaneceu limitada a um papel econômico passivo. Seu segmento ervateiro, o mais forte até a década de 1930, participava diretamente das atividades exportadoras, colocava seu produto com marcas próprias nos mercados uruguaio e chileno, e investia no exterior, principalmente no Uruguai.

Além disso, seus principais grupos econômicos diversificavam-se em outros ramos industriais e na mineração (ouro), nos bancos e nos seguros. Fato interessante é que em 1943, por exemplo, havia 5 bancos com matriz no Paraná, quase tanto quanto no Rio Grande do Sul (7) e mais que na Bahia (4), apesar do peso nitidamente maior das economias desses Estados. Não esquecendo, ainda como exemplo, que Curitiba sediou, na década de 1930, uma das primeiras empresas de aviação do Brasil, o Aerolloyd Iguassú, com linhas regulares para Joinville e Blumenau.

Essa predominância burguesa na formação social do Paraná, decorrente da forma tomada pela evolução de sua base econômica, é um dos elementos mais importantes para a compreensão da evolução posterior do Estado em todos os campos de atividade humana, merecendo estudos mais completos e aprofundados do que os até hoje feitos.

Por estar no poder em 1930, a burguesia industrial paranaense foi dele alijada pela mesma revolução que, em nível nacional e em outros Estados, aproximou pela primeira vez a classe correspondente ao centro das decisões políticas.

Essa contradição explica muito da evolução política posterior do Paraná. E explica também o “mínimo pendor para a defesa e amparo do mate” demonstrado pelo governo paranaense durante sua grande crise ao final dos anos trinta.¹⁶

Enquanto o mate entrava em crise e a madeira em expansão, a cafeicultura consolidava-se no nordeste do Paraná.

Seus primeiros passos datam de meados do século XIX, quando se começou a plantar café em algumas colônias fundadas, por iniciativa ou com apoio do governo imperial, na orla da grande floresta desabitada que ocupava o terço setentrional da Província. Essa produção nunca chegou a ter significado econômico.

Na segunda metade do século, a fímbria meridional da expansão cafeeira de São Paulo penetrou no Paraná pelo vale do Itararé, levando ao surgimento de várias fazendas e de alguns núcleos urbanos, como Santo Antonio da Platina.

Desde o início, essa região esteve voltada para a economia paulista, da qual era um prolongamento. Sua população era formada principalmente por paulistas e mineiros provenientes das regiões cafeeiras desses dois Estados.

A produção da região passou a expandir-se após o Convênio de Taubaté, em 1906, quando o governo de São Paulo adotou

¹⁶LINHARES, p. 410.

medidas destinadas a limitar a produção. A transferência para o Paraná, onde não havia limitações, foi a saída então encontrada por muitos fazendeiros.

Sobre essa base surgira um pequeno setor cafeeiro, cujo peso relativo na economia estadual era pequeno. Em 1920, havia 1.215 propriedades cafeeiras no Estado, com pouco mais de 14 milhões de pés (7º lugar no Brasil). Em 1938, a produção paranaense alcançou 540.000 sacas, com um valor total de quase 44 mil contos. Isto significava que a cafeicultura paranaense ocupava o 5º lugar no Brasil e que, quanto ao valor da produção, o café ocupava o 2º lugar entre as lavouras paranaenses (abaixo do milho), com cerca de 19% do total.

Deste pequeno embrião cresceria a cafeicultura até firmar sua dominação sobre a economia do Estado. Mas isto já é outra parte da história.